



GT 16. Antropologia, Saúde Pública e fabulações cosmopolíticas: etnografia e possibilidades simbiopoéticas de cuidar/fazer o mundo.

Coordenador(es):

José Miguel Nieto Olivar (USP - Universidade de São Paulo)

Maria Paula Prates (UFCSPA - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre)

Colocamos em discussão três sistemas de produção de conhecimentos: a antropologia, a saúde pública e as cosmopolíticas. Trata-se de sistemas não equivalentes com relações não simétricas. Assumimos como ponto de vista a antropologia, principalmente de base etnográfica. Olhamos para a saúde pública como um campo fundamental de ação política e de gestão de novas e antigas formas de governo. Entendemos o marco cosmopolítico como um conjunto analítico e proposicional contemporâneo de extrema relevância para pensar “o mundo” nos seus limites e multiplicidades, em relação com formas possíveis de produção de conhecimento. Nos perguntamos: O que a antropologia brasileira contemporânea, objeto múltiplo e em franca transformação, tem a dizer sobre as relações possíveis entre antropologia e saúde pública no marco do conjunto de transformações e desastres que tem sido compreendidas como “fim do mundo”, Antropoceno, entre outros? Como a saúde pública pode se ver afetada no atravessamento de perspectivas antropológicas e etnográficas no marco do Fim do Mundo? Quais as possibilidades de uma antropologia da saúde, com sua tradição de corpos, curas, perturbações, saberes e emoções, no marco das propostas em curso sobre intervenções cosmopolíticas e intrusões de Gaia? Como alimentar etnograficamente os processos de cuidado, resistência, intervenção, intromissão e (re)feitura d/nos fins do(s) mundo(s), enquanto abre-se a possibilidade de reinvenção da antropologia?

?O povo Pankararu cuida de quem cuida da gente?: notas etnográficas sobre cuidado, saúde e território a partir das rezadeiras Pankararu e os profissionais de saúde da UBS do Real Parque ? SP

Autoria: Arianne Rayis Lovo (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

O que acontece quando uma equipe de saúde vira parente dos indígenas que ela cuida? Para responder essa questão, apresento a descrição de um ?prato?, pagamento de promessa Pankararu realizado na favela do Real Parque, em São Paulo, na qual busco analisar a multiplicidade de ontologias que participam dos processos de aliança, cura e luta entre os diferentes agentes que estão em relação com o povo Pankararu na capital paulista. Noções como cuidado, sofrimento, saúde e território são diariamente acionadas nos processos de negociação de cura entre profissionais de saúde e indígenas, muitas vezes possuindo sentidos diversos a depender de quem os enuncia, provocando um dissenso (De la Cadena, 2018). A Unidade Básica de Saúde (UBS) do Real Parque, assim como as demais UBSs no país, ocupa um território geográfico feito a partir da configuração da Política Nacional do SUS (Sistema Único de Saúde), compreendida como uma ?territorialização da saúde?, que possui como finalidade estabelecer um elo de confiança entre as pessoas. No entanto, confiar, para os Pankararu é também cuidar, no qual o cuidado está associado às práticas de cura como as rezas, muitas vezes realizadas a partir das visitas domiciliares feitas na casa dos parentes. Seguindo o fio dos ?caminhos das rezas? das rezadeiras Pankararu, a experiência do caminhar é pensada na forma de ?habitar? (Ingold, 2011), ou seja, experienciar o mundo a partir de uma dimensão cosmológica, aonde caminham juntos encantados, plantas, pessoas, bens, mercadorias. Nesse aspecto, o território é um campo geográfico, semântico e ontológico de disputas. Assim, o work proposto busca trazer uma reflexão, a



partir de dados etnográficos recentes, sobre a produção de novas territorialidades e as práticas terapêuticas dos sistemas médicos envolvidos.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: